



*COMISSÃO PERMANENTE DE SAÚDE*

**RELATÓRIO  
ATIVIDADES ANO DE 2022**

**SESSÃO ORDINÁRIA  
ABRIL 2023**

A **Comissão Permanente de Saúde** foi e constituída por deliberação da Assembleia Municipal na Sessão Ordinária de 29 de novembro de 2021, ao abrigo da alínea do n.º 1 do art.º 24.º do Regimento da Assembleia Municipal e alínea c) do n.º 1, do art.º 26.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e a 15 de dezembro de 2021 tomaram de posse os seguintes elementos: Rui José Prudêncio - Presidente da Comissão; Maria Manuela Hortas da Silva Pacheco - Presidente da Associação de Farmácias de Portugal; Susana Maria Ribeiro das Neves – em representação do PS; Luís Carlos Jordão de Sousa Lopes – em representação do PSD; Jorge Carlos Ferreira dos Santos – em representação do UTV; Francisco Artur Gomes Corvelo – em representação do PCP; Renato António Cabral Rodrigues Monteiro – em representação do Aliança; Pedro Miguel de Sousa Nunes Castelo – em representação do CDS e Carlos Alberto Pontes Filipe – em representação do Chega.

Após a Tomada de Posse a comissão decidiu que os suplentes indicados pelo PS, PSC e UTV, Sónia Alexandre Ferreira Patrício; Ana Isabel Marques Fiéis e Andreia Filipa Alves Caldas, respetivamente, seriam informados de todas as reuniões e receberiam toda a correspondência/informação que fosse enviada aos membros efetivos.

Entre janeiro e dezembro de 2022, a comissão reuniu por cinco vezes, duas das quais com representantes do Conselho de Administração do CHO e uma outra com a direção do ACES Oeste Sul e sobre o conteúdo das mesmas se dá a devida nota no presente relatório.

Tendo tomado conhecimento do Protocolo de Cooperação assinado entre o Município de Torres Vedras e o Centro Hospitalar no Oeste, em 12 de fevereiro de 2020, competindo à Assembleia Municipal de Torres Vedras o acompanhamento da sua execução, foi solicitada uma reunião para realizar o ponto de situação relativamente às obrigações definidas para cada uma das partes, tendo essa reunião decorrido a 4 de março de 2022.

- 4 de março de 2022

Esta reunião realizou-se por videoconferência e contou com a participação da Sra. Presidente da Câmara, Laura Rodrigues, e da a Presidente do Conselho de Administração, Elsa Baião.

Relativamente às obrigações do CHO no referido protocolo, foi dada ponto a ponto, a devida nota sobre cada uma.

Importa destacar que, nesta data, além das valências existentes à data de celebração do protocolo, abriu a urgência e internamento Covid19, o Atendimento a Doentes Respiratórios (ADR) e o Laboratório Molecular e que o CHO passou a estar equipado com 18 ventiladores.

No que diz respeito a recursos médicos de referência, a comissão foi informada da integração de um médico graduado sénior, em Urologia e também de um oftalmologista. Neste relativamente à oftalmologia, última ponderava-se iniciar cirurgias da especialidade.

No que diz respeito à urgência Pediátrica, a ocupação das escalas, em Torres Vedras, continuava a ser uma preocupação porque desde a celebração do protocolo existem mais 3 pediatras nos quadros do CHO, mas todos em Caldas da Rainha.

Uma destas vagas de pediatria foi ocupada em 2020 e as outras duas em 2021, todas elas com incentivos decorrentes da designação de zona geográfica carenciada.

O projeto para a criação de um serviço de internamento pediátrico, foi realizado pelo gabinete de projetos da Câmara Municipal mas a contratação dos projetos de especialidade, por parte do CHO, aguardava melhor oportunidade tendo em conta a

dificuldade do hospital, na gestão do espaço, principalmente nesta altura em que estavam previsto o arranque de outras obras, incluindo a impermeabilização dos terraços, a construção de um novo refeitório e o alargamento da urgência, integrando o espaço anteriormente utilizado para esse efeito, todas elas obras financiadas por uma candidatura.

A comissão foi esclarecida ao nível do internamento pediátrico em Torres Vedras, apenas existe uma capacidade de 4 camas em SO, 3 em ortopedia, 1 em cirurgia geral e 1 para internamento médico.

Enquanto decorrerem as obras no atual espaço da urgência, esse serviço vai funcionar do espaço da antiga consulta externa e os cuidados de Medicina Física e de Reabilitação, passam, durante 6 meses, para Associação de Educação Física e Desportiva (Física), mediante protocolo celebrado para utilização daquele espaço, que implica o pagamento das despesas de consumo, com uma previsão de 1000€ por cada mês.

A comissão foi também informada de que em 2020, foi contestada, com sucesso, a decisão da comissão nacional de não incluir o CHO no mapa de Unidades de Cuidados Intensivos (UCI), visto que, em 2021, foi emitida uma autorização para a criação 2 polos de UCI no CHO, com 9 camas em Torres Vedras e 6 nas Caldas da Rainha, estando o projeto integrado no Plano Diretor Geral do CHO, em desenvolvimento à data da reunião.

Relativamente ao serviço de Psiquiatria, estava a ser feita a transferência gradual dos doentes, no Centro Hospitalar de Lisboa para o CHO, mantendo-se a perspetiva de vir a utilizar um espaço externo ao Hospital, cedido pela Câmara Municipal. Nesta data e de forma transitória, foi feito um protocolo para continuar a utilizar as instalações já utilizadas pelo Centro Hospitalar de Lisboa, em Torres Vedras.

O internamento Psiquiátrico do CHO será em Peniche, mas o 1º concurso para a obra ficou deserto. Desta altura decorria novo procedimento, com valores revistos e aguardava-se a sua conclusão, na expectativa de vir a um serviço com 15 camas a funcionar no final do verão e de se conseguir avançar para uma 2ª fase, para mais 10 camas.

No que diz respeito ao Centro Diagnóstico Pneumológico, em funcionamento no Centro de Saúde, apesar de esse não ser um serviço da competência do CHO, para cumprimento do protocolado são cedidas 10h/semana do horário de uma médica do quadro do hospital.

A presidente do CA CHO informou ainda que, no que diz respeito à atualização do valor da renda e às obras exigidas para a fachada do edifício, as negociações com a Santa Casa da Misericórdia de Torres Vedras estavam num impasse. Desde 2018, o CHO para 20mil€ mensais e a Santa Casa pretende rever o valor da renda.

A presidente da Câmara Municipal informou que, naquela data, a alteração das caixilharias no edifício do hospital estava concluída e que a instalação das máquinas de AVAC tinha sido realizada em outubro de 2021, aguardando-se disponibilidade para o arranque dos equipamentos que está localizado na ala Covid19.

Relativamente às instalações que a Câmara Municipal pretende ceder para a Psiquiatria, foi explicado que são no edifício junto ao Mercado Municipal, que tem a obra parada, mas para o qual se esperavam desenvolvimentos.

Quanto aos arruamentos das áreas externas ao Hospital, efetuados ao abrigo da Adenda ao Protocolo, a presidente da Câmara disse que estão concluídos.

Tendo em conta a informação recebida nesta reunião, a comissão entendeu que o protocolo de cooperação entre o Município e o Centro Hospitalar do Oeste estava concluído e que não se justificam mais reuniões sobre esse assunto.

- 6 de maio de 2022

Nesta data a comissão reuniu presencialmente, nos Paços do Concelho para análise das informações dadas pela vereadora responsável pela área da Saúde relativamente às novas competências do Município nesse domínio.

Além da informação do diretor executivo do ACES de que, nesta data existiam cerca de 30 mil utentes sem médico de família no nosso Concelho, outro dos temas analisados foi a dificuldade na gestão e utilização das viaturas que se encontram ao serviço do ACES OesteSul, mas que passaram para a propriedade do Município, o que obriga a Câmara Municipal de garantir motoristas para todas as deslocações, incluindo os atendimentos ao domicílio que se realizam fora do Concelho de Torres Vedras.

Foi também dado conhecimento da realização de uma reunião do Conselho da Comunidade do ACES Oeste Sul, em 26/04/2023, onde ficou evidente a dificuldade na compra dos consumíveis utilizados nos diversos espaços de saúde aos preços previstos pela tutela e de uma outra reunião, com os responsáveis pelo Plano de Desenvolvimento em Saúde e Qualidade de Vida, no concelho de Torres Vedras, a cargo da Escola Nacional de Saúde Pública (ENSP), que se realizou em 29/04/2023, e na qual marcaram presença o presidente da Assembleia Municipal e o presidente da Comissão de Saúde. Nesta data a comissão foi informada de que, nesta data, as obras de impermeabilização e das urgências do Hospital de Torres Vedras já estavam a decorrer e reencaminhou ao CHO um pedido de informações sobre o resultado do inquérito referente à morte de um utente dentro de uma ambulância, no ano de 2021.

Quanto ao Estudo para a Construção do Novo Hospital, da OesteCIM, a comissão tomou conhecimento de que estava concluída 1ª fase, que foi alvo de apresentação publica em junho de 2022.

- 2 de novembro de 2022

Ultrapassados os trabalhos referente à 1ª fase do estudo da OesteCIM, a comissão foi informada de que estava em curso uma 2ª fase, dedicada à oferta qualitativa do novo equipamento, com conclusão prevista para o final de 2022.

Relativamente às obras das urgências em Torres Vedras, com data de conclusão prevista para agosto de 2023, foi dada nota da dificuldade da gestão do espaço que, apesar de ser espectável não deixa de afetar a qualidade dos serviços prestados.

A comissão tomou conhecimento da visita do Sr. Ministro da Saúde, Manuel Pizarro, ao edifício do Hospital de Caldas da Rainha e solicitou uma reunião à presidente do Conselho de Administração do CHO para realização de ponto de situação sobre atividade hospitalar e que veio a ser agendada para dia 28 de novembro.

Igualmente foi solicitada uma reunião ao diretor executivo do ACES Oeste SUL pra realização de ponto de situação sobre os médicos de família no concelho, posteriormente agendada para 14 de dezembro.

Além da falta de médicos, os membros da comissão identificaram também como fatores de preocupação os tempos de espera por consultas e a dificuldade em contactar o centro de saúde, lamentando que os utentes tenham de se deslocar ao local para resolver questões que poderiam e deveriam ser tratadas por telefone ou outros meios digitais.

Nesta data a comissão foi unanime no entendimento de que seria de extrema relevância para a qualidade dos cuidados primários de saúde, que alguns dos exames complementares de diagnóstico, como por exemplo o RX, pudessem ser realizados pelo

próprio centro de saúde, de modo a evitar que o doente esperasse vários meses por nova consulta para mostrar os resultados.

Ainda relativamente aos médicos de família, foram debatidas as possibilidades de intervenção por parte da Câmara Municipal e chegou-se à conclusão que a contratação de profissionais de saúde está fora das competências da autarquia. Mais se analisou o exemplo do Município de Cascais, que operacionalizou um programa de atendimentos numa lógica semelhante à dos Seguros de Saúde, mas que não permite a emissão de atestados médicos e outros atos que estão reservados aos Médicos de Família.

- 28 de novembro de 2022

A comissão foi informada da entrega ao Sr. Ministro da Saúde, do Relatório Final do Estudo sobre o futuro Hospital do Oeste, numa cerimónia decorrida a 21/11/2022, em Torres Vedras, na presença de todos os presidentes de Câmara do Oeste, do presidente da Assembleia Intermunicipal do Oeste e da Assembleia Municipal de Torres Vedras. Nesse encontro resultou o compromisso de uma tomada de posição do Ministério da Saúde, sobre a matéria, até ao final do 1ª trimestre de 2023, com a indicação de que serão de considerar as diversas soluções que permitam viabilizar este projeto que não consta do Orçamento de Estado para 2023. A decisão sobre o futuro dos atuais edifícios ocupados pelo CHO foi remetida para o 3ª trimestre de 2023.

A 2ª parte desta reunião contou com a presença da presidente do conselho de Administração do CHO, Dra. Elsa Baião e das várias informações obtidas a comissão considerou especialmente preocupante os 109% de taxa de ocupação do centro hospitalar entre janeiro e outubro de 2022, assim como o facto de apenas 30% das 300mil/horas de trabalho mensal necessário para garantir as escalas das urgências serem asseguradas por recursos humanos afetos ao seu quadro de pessoal.

Foi dada nota da conclusão das obras de construção do refeitório, de impermeabilização dos terraços e remodelação da cirurgia A e do andamento das obras de remodelação da cirurgia B e das urgências.

A presidente do Conselho de Administração do CHO referiu que excesso de procura do serviço de urgência, em função da falta de resposta dos cuidados primários de saúde, compromete a qualidade e a rapidez do atendimento.

Relativamente à Unidade de Cuidados Intensivos (UCI), foi recordado o parecer positivo da rede nacional de cuidados intensivo e o compromisso político publicamente assumido pelo Ministro da Saúde sobre o assunto.

Sobre a possibilidade de ocupação do edifício do antigo Hospital do Barro, informou a comissão de que a hipótese foi equacionada, mas não é, à data, uma opção.

- 14 de dezembro de 2022

Nesta data a comissão reuniu com a direção do ACES Oeste Sul e foi informada, pelo diretor Executivo, que seriam necessários 40 médicos para dar resposta aos 72 mil utentes sem médico de Família em todo o ACES.

Deste utentes, 38 mil são do concelho de Torres Vedras, onde há a necessidade de mais 20 médicos, apesar da manutenção de inscritos sem uma verdadeira relação com o centro de saúde, por exemplo emigrantes, esteja a empolar estes dados.

Foi dito que as vagas abertas para Torres Vedras ficam, na maioria das vezes, desertas e que a principal razão são as extensões das freguesias porque os novos profissionais não querem trabalhar sem estar integrados numa equipa.

Além dessa, a falta de capacidade formativa e o baixo rendimento dos médicos foram também apontadas como uma dificuldade na captação de médicos.

Reforçando as justificações apresentadas, foi explicado que o ACES Oeste Sul tem a possibilidade de contratar médicos, através de contrato-empresa, mas não conseguem

encontrar médicos disponíveis, mas que, por outro lado, existem médicos disponíveis para desafios em equipa, como o caso referido de 4 médicos e 4 enfermeiros que aguardam a conclusão das obras do edifício do Ramalhal.

A Presidente da Associação de Farmácias de Portugal, membro desta comissão, questionou sobre a falta de resposta à proposta de protocolo com as farmácias para o rastreio infeções virais e urinárias e o diretor do ACES disse não têm autonomia para aceitar projetos propostos pela comunidade.

Ao nível das iniciativas clínicas foi destacado o trabalho de rastreio do colón retal e rastreio do cancro do Pulmão, tendo este último valido a atribuição de um prémio ao ACES Oeste Sul.

Relativamente às dificuldades nas marcações de consulta a comissão foi informada que a equipa do ACES Oeste Sul considera que não pode fazer nada para solucionar o problema.

No que diz respeito à afluência de utentes às urgências hospitalares e às consultas de doença aguda, foi considerado que deve à falta de literacia em saúde.

Finalmente, sobre a possibilidade de aliviar a urgência hospitalar mantendo o Centro de Saúde de Torres Vedras aberto 24h/24h para doentes agudos, foi dito que essa não é uma opção porque esse serviço já é prestado pelo ACES Oeste Sul, em Mafra e relativamente à alternativa de alguns médicos do ACES Oeste Sul realizarem escalas no CHO foi considerada como legalmente impossível.

Torres Vedras, 22 de março de 2023

#### A Comissão Permanente de Saúde

Rui Prudêncio  
Manuela Pacheco  
Susana Neves  
Luis Carlos Lopes  
Jorge Santos  
Francisco Corvelo  
Pedro Castelo  
Carlos Filipe